



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

**Sistema de Registro de Preços
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO**

**PREGÃO SRP Nº 03/2018
IRP 17/2017
(PROCESSO Nº 23289.000343/2017-47)**

1. DO OBJETO

- 1.1.** Aquisição futura de materiais de limpeza de equipamentos para o Laboratório de Produção da Agroindústria, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento.
- 1.2.** Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	ESTIMADO VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO(R\$)	CATMAT
1	Detergente e removedor de gorduras. Desinfetante, bactericida, viricida, fungicida e esporicida a base de iodo a 2,6%; frasco de 1 litro. Tipo biocid ou similar de melhor qualidade. Validade mínima de 2 anos.	L	20	3,92	78,40	15068
2	Detergente alcalino clorado. Fórmula balanceada com alto poder de limpeza e sanitização, especialmente	GALÃO	20	61,17	1.223,33	112011

	formulado para remoção dos resíduos do leite (gordura) em todos os equipamentos de ordenha, resfriadores, latões de leite e equipamentos em geral da indústria do leite. Alcalinizantes, hipoclorito de sódio e inertes. Galão de 5 L. validade mínima 2 anos.					
3	Detergente desengordurante de alta espuma para uso em superfícies de alumínio, cobre, galvanizados, botas de borrachas e aventais plásticos, tanque de laticínios e outros utensílios sensíveis a causticidade. Aspecto líquido viscoso de cor amarelada, composição tensoativo aniônico e não aniônico, fosfato, silicato, alcalinizantes sequestrante, preservante, coadjuvante, corante e água. Galão de 5 litros. Obs.: Acompanhar gerador de espuma (foam master). Possuir registro da Anvisa e/ou do ministério da saúde. Validade mínima 2 anos.	GALÃO	80	26,71	2.136,80	112011
4	Detergente cáustico para limpeza pesada, desengraxante de alta espuma. Aplicado manualmente em pisos e paredes e em equipamentos resistentes a causticidade em indústria de alimentos, frigorífico e bebidas. Líquido viscoso branco (naoh 10%), composição hidróxido de sódio, tensoativo aniônico, sequestrante, solvente glicólico, opacificante e água. Galão de 5L. Obs.: Acompanhar gerador de espuma (foam master). Possuir registro da Anvisa e/ou do ministério da saúde. validade mínima 2 anos.	GALÃO	40	67,13	2.685,33	112011
5	Detergente ácido. Produto ácido. Fórmula balanceada com alto poder de limpeza, especialmente formulado para remoção de minerais (pedra do leite) e biofilmes, em todos os equipamentos de ordenha, resfriadores, latões e equipamentos em geral da indústria do leite. Galão de 5 litros. validade mínima de 2 anos.	GALÃO	40	308,46	12.338,40	112011
6	Loção gel alcoólica a 70% indicada para antissepsia complementar das mãos em áreas de manipulação de alimentos. Com álcool etílico a 70% como princípio ativo. Composição de ácido poliacrílico, álcool etílico, glicerina, trietanolamina e água. Apresentado em embalagem frasco refil com 800 ml, devidamente rotulada com a identificação do produto, prazo de validade, número de lote, registro/notificação no ministério da saúde, instruções e cuidados na utilização. O licitante deverá apresentar ficha técnica, ficha de segurança do produto e laudo de atividade antimicrobiana comprovando a eficácia do produto	FRASCO	200	8,55	1.710,00	0380018

	quanto ao seu fim antimicrobiano, laudo este emitido por laboratório credenciado pela Anvisa. Apresentar: autorização de funcionamento da afe (emissão exclusiva da Anvisa, órgão de vigilância sanitária federal) e alvará de funcionamento (emissão exclusiva da vigilância sanitária estadual ou municipal, de acordo com a localização do fabricante e distribuidor). validade mínima de 2 anos.					
7	Sabonete líquido antisséptico inodoro com triclosan como princípio ativo. Indicado para área de processamento alimentar. Com aspecto líquido perolizado viscoso. Composto de 2,4,4' tricloro-2'-hidroxi-difenil éter (triclosan); hidroxietil celulose; mistura de lauril éter sulfato de sódio, diestearato glicólico e monoetanolamida de ácido graxo de coco; lauril éter sulfato de sódio, ácido cítrico e água. Apresentado em embalagem galão de polietileno com 05 litros, devidamente rotulada com a identificação do produto, prazo de validade, número de lote, registro/notificação no ministério da saúde, instruções e cuidados na utilização. O licitante deverá apresentar ficha técnica, ficha de segurança do produto e laudo de atividade antimicrobiana comprovando a eficácia do produto quanto ao seu fim antimicrobiano, laudo este emitido por laboratório credenciado pela Anvisa. Apresentar: autorização de funcionamento da afe (emissão exclusiva da Anvisa, órgão de vigilância sanitária federal). Prazo de validade mínima de 2 anos.	GALÃO	20	56,47	1.694,20	395885
8	Desinfetante biocida à base de ácido peracético (15%) não seletivo e não espumante. Destinado a um grande número de aplicações envolvendo desinfecções em indústrias alimentícias e de bebidas. Pode ser utilizado para a desinfecção de ambientes pelo método de pulverização. Eficaz contra bolores, leveduras, bactérias gram-positivas e gram-negativas e esporos. Composto de ácido acético, peróxido de hidrogênio, ácido peracético e água. Apresentado em embalagem galão de polietileno com 05 kg, devidamente rotulada com a identificação do produto, prazo de validade, número de lote, registro/notificação no ministério da saúde, instruções e cuidados na utilização. O licitante deverá apresentar ficha técnica, ficha de segurança do produto e laudo de atividade antimicrobiana comprovando a eficácia do produto quanto ao seu fim	GALÃO	36	219,55	7.903,68	379549

	antimicrobiano. Apresentar: autorização de funcionamento da AFE (emissão exclusiva da Anvisa, órgão de vigilância sanitária federal). Prazo de validade mínima 2 anos.					
9	Limpador de fornos, grelha, coifas, churrasqueiras, frigideiras, exaustores e outros equipamentos e utensílios nas áreas de processamento de alimentos. Sua formulação rica em agentes tensoativos e alcalinos, proporciona uma ação rápida e eficaz sobre as gorduras carbonizadas, carvão queimado e incrustações de alimentos carbonizados. Frasco 800ml.	FRASCO	30	10,49	314,70	285785
10	Desinfetante, composição à base de quaternário de amônio, teor ativo entre 2,5 e 3,5 forma física solução aquosa concentrada, características adicional sem aroma.	L	100	12,69	1.269,00	408763

ITEM	QUANTITATIVOS	
	UASG 158392 Campus São Cristóvão	
	Máximo	Mínimo
01	20	5
02	20	5
03	80	10
04	40	8
05	40	8
06	200	20
07	20	5
08	36	6
09	30	5
10	100	10

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A agroindústria é responsável pelo processamento da matéria-prima recebida, transformando-a no produto final que abastece o refeitório do Campus São Cristóvão.

No contexto da segurança alimentar sua estrutura precisa apresentar condições estruturais e higiênicos sanitários adequados em todas as etapas da cadeia de produção desde o recebimento da matéria-prima até a distribuição para o refeitório.

O devido cuidado com o manuseio e higienização dos equipamentos e utensílios dos laboratórios da agroindústria é de extrema importância uma vez que interfere negativa ou positivamente no produto final. Esses equipamentos são imprescindíveis para a execução das aulas práticas dos cursos técnico em Agroindústria e Tecnólogo de Alimentos ministradas nos laboratórios de produção da agroindústria (leite e derivados, carnes e derivados, frutas e hortaliças e massas alimentícias), de forma a atender os objetivos pedagógicos das respectivas disciplinas assim como, os trabalhos de pesquisa científica. A aquisição desses materiais se faz necessário para um eficiente funcionamento dos setores já citados.

2.2. O uso do Sistema de Registro de Preços para essa contratação está fundamentado nos incisos I e IV, do art. 3º, do Dec. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, visto que, pelas características e pela natureza do objeto da licitação, haverá a necessidade de solicitações frequentes dos serviços pela Administração, não sendo possível definir previamente o quantitativo a ser demandado.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto a ser contratado é de natureza comum conforme termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520, de 2002.

4. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, no(s) seguinte(s) endereço(s) especificado(s) na tabela abaixo, no horário normal de expediente das 08 h às 11 h e das 14 h às 17 h, de segunda a sexta-feira.

UASG	UG	ENDEREÇO	SETOR	TEL	RESPONSÁVEL
158392	IFS – Campus São Cristóvão	Rodovia BR-101, Km 96, Povoado Quissamã - São Cristovão / Sergipe CEP: 49.100-000 CNPJ: 10.728.444/0002-82.	COAL – Almoxarifado	(79) 3711-3059	Luiz Alberto Alves Santos

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80 % (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou instrumento equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou instrumento equivalente.

4.6.1. O fornecedor será responsável pelo descarregamento e acondicionamento do objeto em local determinado pelo IFS – Campus São Cristóvão.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato

ou instrumento equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato ou do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. (SUPRESSÃO)

6.1.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos do objeto até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

6.1.8. Todo deslocamento para entrega dos objetos solicitados, em qualquer que seja o campus do gerenciador ou participantes, todos os custos correrão por conta da contratada.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7.2. (SUPRESSÃO)

7.3. (SUPRESSÃO)

7.4. (SUPRESSÃO)

7.5. (SUPRESSÃO)

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato ou instrumento equivalente; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato ou instrumento equivalente.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou instrumento equivalente, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação ou execução do objeto;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.1.6. não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.3. multa compensatória 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

10.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

São Cristóvão, 19 de outubro de 2017.

Geneluce Cruz Siqueira Santana
Coordenadora de Produção Agroindústria
Requisitante

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

() Aprovado () Não Aprovado

Data: ____ / ____ / ____

ALFREDO FRANCO CABRAL
Diretor-Geral

De Acordo com Inciso II, Art. 9º do Decreto nº 5.450/2005